

SUMÁRIO

Parte I

Perspectivas Crítico-Teóricas do Direito Processual Previdenciário

Capítulo 1

Marco Metodológico e Teórico para a Pré-Compreensão do Direito Processual Previdenciário

| | | |
|-----|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1.1 | Do Racionalismo ao Positivismo Filosófico | 30 |
| 1.2 | Crítica ao Método Positivista para o Conhecimento nas Ciências Sociais..... | 35 |
| 1.3 | Positivismo Filosófico e Positivismo Jurídico | 40 |
| 1.4 | Qual é a Verdade Própria dos Direitos Sociais? Que Método Lhes Seria mais Apropriado? | 42 |
| 1.5 | O Positivismo Filosófico, Juízos de Imparcialidade a Verdade no Direito Social | 46 |
| 1.6 | O Positivismo e a Banalização do Sofrimento Humano | 52 |
| 1.7 | O Processo Voltado para a Justiça e para o Ser Humano | 53 |
| 1.8 | Parcialidade Positiva como Caminho à Verdade na Aplicação do Direito Previdenciário | 55 |
| 1.9 | A Identificação do Direito Processual Previdenciário – Uma Pretensão de Especialização? | 56 |

Capítulo 2

Caracterização do Direito Processual Previdenciário

| | | |
|-------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 2.1 | Caracterizando o Processo Previdenciário | 59 |
| 2.2 | Contornos do Processo Previdenciário – A Natureza do Objeto da Lide..... | 60 |
| 2.3 | Contornos do Processo Previdenciário – Os Sujeitos do Processo..... | 64 |
| 2.4 | Lide Previdenciária e Processo Diferenciado..... | 67 |
| 2.5 | Exigências de Normatividade do Direito Processual Previdenciário | 68 |
| 2.5.1 | Interesse de agir em matéria previdenciária..... | 68 |
| 2.5.2 | A fungibilidade das ações previdenciárias por incapacidade..... | 69 |
| 2.5.3 | O problema da má delimitação da lide previdenciária..... | 72 |
| 2.5.4 | Como conciliar a definitividade da coisa julgada com a provisoriedade dos benefícios previdenciários por incapacidade?..... | 77 |

| | | |
|-------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 2.6 | Normas Processuais Previdenciárias | 78 |
| 2.6.1 | A Constituição da República e a competência delegada | 78 |
| 2.6.2 | A Constituição da República e créditos alimentares devidos pela Fazenda Pública | 79 |
| 2.6.3 | Considerações normativas sobre prova em direito previdenciário | 81 |
| 2.7 | Notas Doutrinárias sobre a Efetividade das Normas Constitucionais e sua Relação com a Jurisdição Previdenciária..... | 82 |
| 2.7.1 | A cláusula constitucional da proteção judicial | 84 |
| 2.8 | Caminhos para o Processo Previdenciário..... | 87 |
| 2.8.1 | Considerações para efetividade do processo previdenciário – a segurança e a coisa julgada previdenciária..... | 89 |
| 2.8.2 | Da lógica da preservação da vida à coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i> | 92 |
| 2.8.3 | Processo efetivo e segurança – da coisa julgada previdenciária à verdade real | 95 |
| 2.8.4 | Notas de um processo previdenciário efetivo – a urgência | 97 |
| 2.9 | A Título de Conclusão deste Capítulo | 99 |

Capítulo 3

O Primado da Eficiência: Uma Análise Crítica da Justiça Previdenciária deste Início de Século

| | | |
|---------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3.1 | A Emenda Constitucional 19/98 e a Emergência do Paradigma da Eficiência na Administração Pública – Mas que Eficiência? | 101 |
| 3.1.1 | Mas o que há de errado em a Administração Pública buscar a eficiência?..... | 104 |
| 3.1.2 | Afinal, o que há de errado em a Administração Pública buscar a eficiência econômica? | 105 |
| 3.2 | Sinais de Crise na Justiça Previdenciária..... | 107 |
| 3.2.1 | Três fatores determinantes para a multiplicação das lides previdenciárias..... | 109 |
| 3.2.1.1 | A Administração Paralela..... | 109 |
| 3.2.1.2 | Ferramentas artesanais para julgamentos de massa | 112 |
| 3.2.1.3 | O hiato entre a postura administrativa e o direito aplicado judicialmente | 114 |
| 3.2.2 | Pontos críticos como desafios a um processo judicial efetivo..... | 115 |
| 3.2.3 | Uma aproximação dos pontos críticos..... | 117 |
| 3.3 | A Preponderância da Eficiência no Processo Judicial Previdenciário | 119 |
| 3.4 | Processo Previdenciário e Eficiência Gerencial | 121 |

Parte II

Temas Centrais do Direito Processual Previdenciário

Capítulo 4

Processo Administrativo Previdenciário

| | | |
|-----|--------------------------------------------------------------|-----|
| 4.1 | Estado Democrático de Direito e Processo Administrativo..... | 134 |
| 4.2 | Âmbito de Aplicação da Lei 9.784/99 | 137 |

| | | |
|-------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 4.3 | Caracterização do Processo Administrativo Previdenciário..... | 139 |
| 4.4 | Distinção entre Procedimento e Processo | 140 |
| 4.5 | Procedimento e Processo no Campo Previdenciário..... | 142 |
| 4.6 | Garantias Processuais para o Processo Administrativo Previdenciário..... | 146 |
| 4.6.1 | Garantias processuais constitucionais..... | 146 |
| 4.6.2 | Entre as garantias constitucionais e as normas da lei processual administrativa – a atuação conforme a lei e o direito | 149 |
| 4.6.3 | A Lei 9.784/99 e o processo administrativo previdenciário..... | 150 |
| 4.6.4 | Os critérios para condução do processo administrativo | 151 |
| 4.6.5 | Os direitos do administrado no processo administrativo | 151 |
| 4.6.6 | Os deveres do administrado no processo administrativo | 152 |
| 4.6.7 | Outras disposições relevantes para o processo administrativo previdenciário..... | 152 |
| 4.7 | A Distância Astronômica da Realidade Administrativa para com as Imposições Jurídicas de um Processo Previdenciário | 154 |

Capítulo 5

O Exercício da Autotutela pela Administração Previdenciária

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Limites Constitucionais à Autotutela | 161 |
| 5.1 Limites Formais..... | 161 |
| 5.1.1 Limites temporais para o exercício da autotutela – a decadência do direito de revisão do ato administrativo de concessão de benefício previdenciário..... | 161 |
| 5.1.2 Limites processuais – o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa | 165 |
| 5.1.2.1 Devido processo legal, limite de alçada e desconsideração dos efeitos de prestação previdenciária em juízo | 167 |
| 5.2 Limites Materiais (Limites Quanto ao Conteúdo da Autotutela) | 172 |
| 5.2.1 Interdição de aplicação de nova interpretação administrativa ou novos critérios para a verificação do direito ao benefício | 173 |
| 5.2.2 Interdição de nova avaliação do conjunto probatório (nova valoração da prova), por força da coisa julgada administrativa | 174 |
| 5.2.3 Remédio jurídico contra atuação administrativa que extrapola os limites formais ou materiais para o exercício da autotutela | 176 |

Capítulo 6

Categorização das Ações Previdenciárias – Interesse Processual em Matéria Previdenciária

| | |
|-----------------------------------------------------------------|-----|
| 6.1 Categorização das Ações Previdenciárias..... | 179 |
| 6.1.1 Ação de concessão de benefício previdenciário..... | 180 |
| 6.1.2 Ação de revisão de benefício previdenciário | 181 |
| 6.1.2.1 Para impugnar ato de concessão de benefício | 181 |
| 6.1.2.2 Para impugnar ato de reajustamento de benefício | 181 |
| 6.1.3 Ação de restabelecimento de benefício previdenciário..... | 182 |
| 6.1.4 Ação de manutenção de benefício previdenciário | 183 |
| 6.1.5 Ação de anulação de benefício previdenciário | 184 |

| | | |
|---------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 6.2 | Interesse de Agir em Matéria Previdenciária..... | 186 |
| 6.2.1 | Interesse de agir em ações de concessão de benefício previdenciário..... | 188 |
| 6.2.1.1 | Alegação de fato não analisado formalmente na via administrativa..... | 190 |
| 6.2.1.2 | Alegação de nova patologia em juízo..... | 191 |
| 6.2.1.3 | Demora para ajuizamento da ação judicial..... | 192 |
| 6.2.1.4 | Descumprimento de exigência administrativa..... | 193 |
| 6.2.2 | Interesse processual superveniente..... | 194 |
| 6.2.3 | Lide presumida e dispensa de requerimento administrativo..... | 194 |
| 6.2.3.1 | O ajuizamento direto da ação de concessão de pensão provisória por morte presumida..... | 197 |
| 6.2.4 | Recusa de entrada de requerimento e excessiva demora do processo administrativo..... | 198 |
| 6.2.5 | Interesse de agir e o dever estatal de conceder a prestação mais vantajosa..... | 200 |
| 6.2.6 | Interesse de agir nas ações previdenciárias de restabelecimento, revisão ou anulatória de benefício..... | 204 |

Capítulo 7

Regime Probatório Previdenciário

| | | |
|--------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 7.1 | Considerações Iniciais..... | 211 |
| 7.1.1 | Efeitos da revelia no processo previdenciário..... | 213 |
| 7.2 | Comprovação da Condição de Desempregado para Efeitos de Prorrogação do Período de Graça..... | 214 |
| 7.3 | A Comprovação da Relação de Dependência Econômica..... | 216 |
| 7.4 | Comprovação da União Estável Previdenciária..... | 219 |
| 7.5 | Comprovação da Incapacidade para o Trabalho..... | 221 |
| 7.6 | Comprovação do Agravamento da Lesão ou Progressividade da Doença..... | 225 |
| 7.7 | Comprovação da Data do Início da Incapacidade para o Trabalho..... | 227 |
| 7.8 | Comprovação de Incapacidade Laboral – Aposentadoria por Invalidez ou Auxílio-Doença?..... | 230 |
| 7.8.1 | Recuperação da capacidade mediante tratamento cirúrgico..... | 235 |
| 7.9 | A Caracterização e a Comprovação de Atividade Especial..... | 237 |
| 7.10 | Comprovação do Tempo de Serviço ou Contribuição..... | 242 |
| 7.10.1 | Particularidades do direito probatório em direito previdenciário – restrição do direito constitucional à prova..... | 243 |
| 7.10.2 | O universo particular da prática previdenciária como justificação para a exigência de prova material..... | 245 |
| 7.10.3 | Limites à exigência de prova material..... | 247 |
| 7.10.4 | Prova material na categorização das espécies probatórias..... | 249 |
| 7.10.5 | Formação do conceito de prova material pela categorização das provas..... | 251 |
| 7.10.6 | Classificação das provas – sinopse..... | 256 |
| 7.10.7 | Prova material – eficácia probante..... | 257 |
| 7.10.8 | Outras considerações sobre a prova material previdenciária..... | 263 |

Capítulo 8

Eficácia das Decisões da Justiça do Trabalho no Direito Previdenciário

| | | |
|-----|----------------------------------------------------------------------|-----|
| 8.1 | Notas Doutrinárias sobre os Limites Subjetivos à Coisa Julgada | 269 |
| 8.2 | Eficácia Probante da Decisão Trabalhista..... | 275 |
| 8.3 | Aproximação da <i>Vexata Quaestio</i> | 278 |

Capítulo 9

Aspectos Concernentes aos Valores Pagos Judicialmente

| | | |
|---------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 9.1 | Data de Início dos Benefícios Concedidos Judicialmente..... | 281 |
| 9.1.1 | Definição da data de início do benefício (DIB) independentemente do momento da comprovação dos respectivos fatos constitutivos | 284 |
| 9.1.2 | Data de início do benefício (DIB) quando requisitos são cumpridos após o requerimento administrativo (DER) | 292 |
| 9.1.3 | Data de início de benefício em face de habilitação judicial de novo dependente à pensão por morte | 294 |
| 9.1.4 | A identificação da data de início da incapacidade laboral (DII) e os efeitos financeiros dos benefícios previdenciários por incapacidade | 295 |
| 9.1.4.1 | O direito de recebimento do auxílio-doença pelo segurado que exerceu atividade remunerada embora incapaz | 296 |
| 9.2 | Atualização Monetária e Juros de Mora do Crédito Judicial Previdenciário..... | 298 |
| 9.2.1 | Atualização monetária e o Estatuto do Idoso..... | 300 |
| 9.2.2 | O crédito judicial previdenciário e a metodologia disposta pela Lei 11.960/09..... | 302 |
| 9.2.3 | Atualização monetária, deflação e irredutibilidade do valor dos benefícios | 304 |
| 9.2.4 | Atualização monetária dos valores pagos mediante requisições de pagamento | 306 |
| 9.2.5 | Juros moratórios sobre o Crédito Judicial Previdenciário..... | 307 |
| 9.3 | Prescrição e Decadência em Matéria Previdenciária | 309 |
| 9.3.1 | Suspensão e interrupção do período de prescrição | 311 |
| 9.3.2 | Decadência do direito de rever o ato de concessão do benefício previdenciário..... | 315 |
| 9.4 | Irrepetibilidade dos Valores Recebidos Judicialmente de Boa-Fé..... | 319 |
| 9.5 | Pagamento de Valores não Recebidos em Vida pelo Segurado | 321 |
| 9.6 | Incidência de Imposto de Renda sobre os Valores Atrasados Recebidos pelo Beneficiário..... | 324 |

Capítulo 10

Tutela de Urgência em Matéria Previdenciária e Eficácia das Decisões Judiciais

| | | |
|------|-------------------------------------------------------------------|-----|
| 10.1 | A Urgência no Processo Judicial Previdenciário | 327 |
| 10.2 | Tutelas de Urgência em Matéria de Seguridade Social..... | 329 |
| 10.3 | Cumprimento Imediato das Decisões Judiciais Previdenciárias | 333 |
| 10.4 | Eficácia das Decisões Judiciais Previdenciárias | 337 |
| 10.5 | Poder Coercitivo contra Terceiros | 340 |

Capítulo 11

Competência em Matéria Previdenciária

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 11.1 Competência Delegada à Justiça Estadual..... | 345 |
| 11.1.1 Competência delegada e mandado de segurança previdenciário..... | 348 |
| 11.2 Competência para Processamentos de Ações Previdenciárias Decorrentes de Acidente de Trabalho | 349 |
| 11.3 Competência para Declaração de Morte Presumida | 357 |
| 11.4 A Competência dos Juizados Especiais Federais Cíveis | 359 |

Parte III

Casuística do Direito Processual Previdenciário

Capítulo 12

Casuística do Direito Processual Previdenciário

| | |
|--------------------------------------------------------------------|-----|
| 12.1 Algumas Questões da Prática Previdenciária | 367 |
| 12.2 Pensão por Morte | 367 |
| 12.3 Auxílio-Reclusão..... | 389 |
| 12.4 Benefícios por Incapacidade..... | 394 |
| 12.5 Aposentadoria por Idade | 401 |
| 12.6 Aposentadoria por Tempo de Contribuição..... | 409 |
| 12.7 Aposentadoria Especial | 418 |
| 12.8 Auxílio-Acidente..... | 420 |
| 12.9 Salário-Maternidade | 421 |
| 12.10 Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social..... | 423 |
| 12.11 Revisão de Benefício Previdenciário..... | 428 |
| 12.12 Considerações Finais desta Parte..... | 454 |

| | |
|-------------------|-----|
| Referências | 455 |
|-------------------|-----|

| | |
|-------------------------|-----|
| Índice Alfabético | 461 |
|-------------------------|-----|